



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Subsecretaria de Regularização Ambiental  
Superintendência Regional de Regularização Ambiental Sul de Minas

PARECER ÚNICO Nº 0150383/2020 (SIAM)		
<b>INDEXADO AO PROCESSO:</b> Licenciamento Ambiental	<b>PA COPAM:</b> 23844/2009/004/2019	<b>SITUAÇÃO:</b> Sugestão pelo Deferimento
<b>FASE DO LICENCIAMENTO:</b> Licença Prévia, de Instalação e Operação Concomitantes (LP+LI+LO) de Ampliação	<b>VALIDADE DA LICENÇA:</b> 10 anos	

<b>PROCESSOS VINCULADOS CONCLUÍDOS:</b>	<b>PA COPAM:</b>	<b>SITUAÇÃO:</b>
Outorga – Perfuração de poço tubular	69185/2019	Autorizada
LAS Cadastro	63686735/2019	Concedida

<b>EMPREENDEDOR:</b>	Sapporo Indústria e Comércio LTDA	<b>CNPJ:</b>	41.789.850/0003-60
<b>EMPREENDIMENTO:</b>	Sapporo Indústria e Comércio LTDA	<b>CNPJ:</b>	41.789.850/0003-60
<b>MUNICÍPIO:</b>	Congonhas	<b>ZONA:</b>	Rural
<b>COORDENADAS GEOGRÁFICA (DATUM):</b>	<b>LAT/Y</b> 20° 32' 20"	<b>LONG/X</b>	43° 48' 55"
<b>LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:</b>			
<input type="checkbox"/> INTEGRAL	<input type="checkbox"/> ZONA DE AMORTECIMENTO	<input type="checkbox"/> USO SUSTENTÁVEL	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO
<b>BACIA FEDERAL:</b> Rio São Francisco		<b>BACIA ESTADUAL:</b> Rio Paraopeba	
<b>UPGRH:</b> SF3		<b>SUB-BACIA:</b> Rio Maranhão	
<b>CÓDIGO:</b>	<b>PARÂMETRO</b>	<b>ATIVIDADE PRINCIPAL DO EMPREENDIMENTO (DN COPAM 217/17):</b>	<b>CLASSE DO EMPREENDIMENTO</b>
F-05-07-1	ton/dia	Reciclagem ou regeneração de outros resíduos classe 2 (não perigosos) não especificados	4 <b>PORTE</b> Grande
<b>CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:</b>			
• Reservas da Biosfera da Mata Atlântica e da Serra do Espinhaço			
<b>CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:</b>		<b>REGISTRO:</b>	
Henrique Avelar Castro – Engenheiro Civil		CREA MG 97248	
Dheborá Reis Costa – Engenheira Ambiental		CREA MG 235616	

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MATRÍCULA	ASSINATURA
Renata Fabiane Alves Dutra – Gestora Ambiental	1.372.419-0	
Frederico Augusto Massote Bonifácio – Diretor Regional de Controle Processual	1.364.259-0	
<b>De acordo:</b> Fernando Baliani da Silva – Diretor Regional de Regularização Ambiental	1.374.348-9	



## 1. Resumo.

O empreendimento Sapporo Indústria e Comércio LTDA atua no setor de beneficiamento de resíduos industriais provenientes de usinas siderúrgicas e irá exercer suas atividades no município de Congonhas - MG. Em 18/12/2019 foi formalizado, na Supram Central Metropolitana, o processo administrativo de licenciamento ambiental de nº 23844/2009/004/2019, na modalidade de licença ambiental concomitante (LP+LI+LO).

Como atividade principal a ser licenciada, o empreendimento tem capacidade total para beneficiamento de 1.000 ton/dia. Com relação à infraestrutura do empreendimento, sua área total corresponde a 32,74 ha, dos quais 6 ha correspondem à ocupação da planta industrial.

Complementarmente a análise dos estudos ambientais, a Supram Sul de Minas se utilizou de meios remotos, tais como imagens de satélites e relatórios fotográficos para a análise do processo de licenciamento ambiental.

O referido processo está sob análise da Supram Sul de Minas em decorrência de análise conjunta entre esta superintendência e Supram Alto São Francisco, para suporte na redução de passivo de processos administrativos, sem prejuízo a competência de ato decisório, conforme orientação da Assessoria Jurídica da Semad mediante Memorando.SEMAD/ASJUR. nº. 155/2018.

A água utilizada pelo empreendimento quando das instalações será proveniente da concessionária local através do uso de caminhão pipa, reabastecido em função da demanda. A partir de sua operação a empresa contará com captação em poço tubular. O pedido de autorização para perfuração encontra-se deferido.

Não há qualquer intervenção ambiental a ser autorizada na área do empreendimento, estando este instalado em zona rural. Apresenta sua reserva legal devidamente constituída e averbada em cartório bem como declarada no recibo de inscrição do imóvel rural no CAR.

O processo de beneficiamento dos resíduos não resultará em geração de efluentes líquidos. O esgoto sanitário proveniente de banheiros e refeitório quando da operação do empreendimento será tratado em sistema composto por fossa séptica seguida de filtro anaeróbio e sumidouro. Durante as instalações serão utilizados banheiros químicos.

Na implantação, as poeiras de minerais desintegrados provenientes da movimentação veicular e terraplenagem serão contidas através da umidificação regular de vias e pátios utilizando caminhão pipa. Quando da operação, aspersores também serão utilizados. Para contenção dos finos na planta de beneficiamento serão utilizados sistema de pulverização automatizado e implantação de cortina arbórea.

A proposta de armazenamento temporário e destinação final dos resíduos sólidos a serem gerados apresentam-se ajustados às exigências normativas.

Desta forma, a Supram Sul de Minas sugere o deferimento do pedido de licença ambiental nas fases Prévia, de Instalação e Operação concomitantes (LP+LI+LO) de Ampliação para o empreendimento Sapporo Indústria e Comércio LTDA.



## 2. Introdução.

### 2.1. Contexto histórico.

A Sapporo Indústria e Comércio LTDA obteve a Licença Prévia nº 035 para a atividade de reciclagem ou regeneração de outros resíduos classe 2 (não perigosos) não especificados em 28/02/2011. A obtenção do certificado de Licença de Instalação nº 002 deu-se em 02/02/2012, válida até 02/02/2016. Não tendo se instalado no local no período de vigência desta última licença, em 2019 pleiteou a obtenção do certificado de licença ambiental simplificada, restando o processo arquivado pela não instrução com o critério locacional aplicável “localização prevista em Reserva da Biosfera”. Neste mesmo ano o empreendimento obteve o LAS Cadastro nº 63686735/2019 para uma capacidade instalada de 4,9 ton/dia.

Em 18/12/2019 foi formalizado na SUPRAM Central Metropolitana o pedido de ampliação mediante licença ambiental concomitante (LP+LI+LO) em 995,1 ton/dia.

É objeto desta solicitação de ampliação, de acordo com a Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017, a regularização da seguinte atividade:

- F-05-07-1 – Reciclagem ou regeneração de outros resíduos classe 2 (não perigosos) não especificados para capacidade instalada de **1.000 ton/dia**, potencial poluidor/degradador Médio, porte Grande e definido como **Classe 4**.

Complementarmente a análise dos estudos ambientais, a Supram Sul de Minas se utilizou de meios remotos, tais como imagens de satélites e relatórios fotográficos para a análise do processo de licenciamento ambiental.

O referido processo está sob análise da Supram Sul de Minas em decorrência de análise conjunta entre esta superintendência e Supram Alto São Francisco, para suporte na redução de passivo de processos administrativos, sem prejuízo a competência de ato decisório, conforme orientação da Assessoria Jurídica da Semad mediante Memorando.SEMAD/ASJUR. nº. 155/2018.

O Relatório de Controle Ambiental – RCA, o Plano de Controle Ambiental – PCA e o estudo das Reservas da Biosfera foram elaborados sob a responsabilidade dos profissionais Dheborá Reis Costa, engenheira ambiental, CREA MG 235616 e ART 5723898, e Henrique Avelar Castro, engenheiro civil, CREA MG 97248 e ART 5723786. Os estudos foram considerados satisfatórios pela equipe da Supram SM.

### 2.2. Caracterização do empreendimento.

O processo produtivo da Sapporo Indústria e Comércio LTDA define-se no beneficiamento físico de resíduos industriais, exclusivamente Classe 2 “Não Perigoso” segundo NBR 10.004, provenientes das usinas siderúrgicas integradas.



Através de sua planta e beneficiamento, promove-se o beneficiamento físico por meio da separação de produtos metálicos e não metálicos, utilizando eletromagnetização e classificação granulométrica com peneiras vibratórias.

Releva-se que 100% dos materiais (resíduos industriais) recebidos são beneficiados e com o mesmo índice destinados como produtos para reuso, tanto na área siderúrgica, quanto na pavimentação de vias/ sub-base de calçamento.

A propriedade localiza-se em área rural, ocupando uma área total do terreno de 32,74 ha. A planta industrial demandará uma ocupação de 6,00 ha, com as seguintes estruturas:

- Balança
- Plataforma produtiva
- Pátio de estocagem
- Áreas de circulação e estacionamento
- Prédio administrativo
- Sistemas de controle
- Drenagens
- Bacia de sedimentação
- Central de Resíduos Sólidos
- Paisagismo
- Pista de abastecimento e tancagem

Dentro do planejamento operacional e produtivo serão utilizados as seguintes máquinas e equipamentos, vide Figura 1 abaixo:

QUANTIDADE Unidades	EQUIPAMENTOS	DESCRIÇÃO	FASE DO PROCESSO
01	Calha Vibratória	Alimentador vibratório com mesa de 170 cm x 70 cm, motor 12,5 CV	Peneiramento e classificação
01	Correia transportadora	24 metros por 36" motor de 10 CV, com POLIA magnético diâmetro 24"	Peneiramento e classificação
01	Peneira vibratória	2 decks, quadro de 400 cm x 130 cm motor de 12,5 CV	Peneiramento e classificação
01	Pá carregadeira	1,9 m³ de capacidade da Caçamba	Separação e beneficiamento
01	Balança Rodoviária	Comprimento 21m Capacidade 80 toneladas	Recepção e Armazenagem
01	Tanque aéreo	Tanque da PETROVILA de 7.000,00 litros	Abastecimento de Veículos
01	Caminhão Pipa	Capacidade 10.000 litros	Pulverização e Aspersão das vias internas

Figura 1 – Máquinas e equipamentos da Sapporo Indústria e Comércio LTDA



Dentre os resíduos a serem recebidos para o beneficiamento, estão previstos: sucata de ferro, sucata granulada, sucata de aço, coque metalúrgico, escórias, carepa, lama de alto forno e óxido do adensador.

A energia elétrica a ser utilizada será fornecida pela CEMIG. Está prevista a implantação de um ponto de abastecimento com tanque aéreo para óleo diesel, com capacidade de 7,5 m<sup>3</sup>.

O quadro de pessoal previsto é de 3 funcionários em regime de turno único.

As fases operacionais do empreendimento contemplam:

– Recepção e armazenagem

O material será recebido via caminhões, sendo feita a pesagem e realizada a conferência da nota fiscal e MTR. O armazenamento se dará em pátio de estocagem onde serão segregados em função de sua característica granulométrica.

– Separação e beneficiamento

A separação e o beneficiamento objetivam a seleção granulométrica dos materiais a serem beneficiados na planta, nessa etapa são utilizadas pás carregadeiras e/ou caminhões que basculam o material em um silo alimentador.

– Peneiramento e classificação

O material é disposto em peneiras vibratórias com malhas pré-definidas e recebe a classificação granulométrica. Em função do material programado, também haverá uma classificação ferrosa através de eletromagnetização.

– Estocagem e expedição

Após a classificação dos materiais, os mesmos serão estocados nos pátios até a comercialização. Vale ressaltar que 100% do material recebido é reutilizado, portanto, sem geração de resíduos.

### **3. Diagnóstico Ambiental.**

De acordo com a Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IDE-Sisema), o empreendimento localiza-se nas zonas de transição das Reservas da Biosfera da Serra do Espinhaço e Mata Atlântica.

Consta nos autos do processo (fls 58 à 140) o estudo técnico que aponta que a atividade não afetará negativamente na conservação destas Reservas.



Ademais foi possível verificar que está localizado em área de média potencialidade para ocorrência de cavidades e encontra-se em área prioritária para conservação da biodiversidade dita “especial”.

Considerando que a atividade de beneficiamento de resíduos não resulta em interferência direta em cavidades e que não está prevista intervenção ambiental na área tal como supressão de vegetação, estes fatores de restrição não constam como relevantes.

### **3.1. Unidades de conservação.**

Em consulta ao IDE SISEMA foi possível verificar a inexistência de unidades de conservação no entorno do empreendimento.

### **3.2. Recursos Hídricos.**

Para as instalações do empreendimento a água necessária será fornecida pela concessionária local por meio de caminhões pipa. O armazenamento se dará em reservatório que será reabastecido em função da demanda.

Posteriormente, a fonte oficial de abastecimento será a captação em poço tubular. O empreendimento solicitou a autorização para perfuração de poço tubular vide processo nº 69185/2019. Em consulta ao SIAM verificou-se que a autorização foi concedida, protocolo 0785723/2019. Constitui condicionante da fase de instalação do presente parecer a comprovação da formalização do pedido de outorga para captação em poço tubular.

A Figura 2 abaixo ilustra o balanço hídrico da empresa.





ATIVIDADE	ENTRADA (m³/ dia)	CONSUMO (m³/ dia)
<b>FORNECIMENTO</b> Concessionária Local Poço Tubular em processo	1,00 16,00	1,00 16,00
<b>TOTAL</b>	<b>17,00</b>	
<b>CONSUMO INDUSTRIAL</b> Lavagem de pisos e/ou equipamentos Pulverização e Aspersão das vias internas		2,00 14,00
<b>TOTAL CONSUMO INDUSTRIAL</b>		<b>16,00</b>
<b>CONSUMO HUMANO</b> 3 Funcionários Jardinagem		0,50 0,50
<b>TOTAL CONSUMO HUMANO</b>		<b>1,00</b>
<b>CONSUMO GERAL</b>		<b>17,00</b>

Figura 2 – Balanço hídrico da Sapporo Indústria e Comércio Ltda.

### 3.3. Fauna.

Consta no RCA (fl. 167) um quadro com as principais espécies encontradas na região. A situação ecológica de todas é classificada como “comum”. Tendo em vista a natureza da atividade bem como seu baixo grau de impacto sobre a fauna local, não foi necessária a realização de campanhas de monitoramento no âmbito destes estudos ambientais (RCA/PCA).

### 3.4. Flora.

A cobertura vegetal da poligonal do empreendimento encontra-se alterada e degradada pela antropização consolidada, predominando o campo sujo, campo cerrado e cerrado sensu stricto, com espécies herbáceas invasoras.

Não será necessária a realização de intervenção ambiental para implantação do empreendimento.

### 3.5. Cavidades naturais.

Em consulta ao IDE SISEMA verificou-se que o empreendimento se localiza em área de média potencialidade de ocorrência de cavidades. A inexistência de interferências exige a necessidade de estabelecimento de raio protetivo e medidas compensatórias.



### **3.6. Socioeconomia.**

Não há comunidades vizinhas ao empreendimento. Os povoados mais próximos (Lobo Leite, Joaquim Murtinho e Jardim Profeta) estão a aproximadamente 2,5 km do local. A empregabilidade prevista é de 3 funcionários.

### **3.7. Reserva Legal e Área de Preservação Permanente**

A Reserva Legal apresenta uma área de 6,58 ha, devidamente registrada no CAR (fls 2 a 4) e também averbada na mesma matrícula do imóvel. Conforme informado no RCA (fl 149) encontra-se cercada e está em processo de recomposição florestal definida em Projeto Técnico de Reconstituição da Flora – PTRF. Figura como condicionante do presente parecer o acompanhamento da efetividade do enriquecimento previsto neste PTRF.

Em área contígua a Reserva Legal tem-se a Área de Preservação Permanente – APP de curso d'água com área de 1,758 ha e mata ciliar preservada e cercada (fl 149).

Entre as fls 165 e 167 do RCA constam as principais espécies arbóreas presentes na APP e área de Reserva Legal.

### **4. Compensações.**

Não há incidência de compensações ambientais neste empreendimento. Não está prevista intervenção ambiental em área de preservação permanente e nem supressão de vegetação. Sobre a magnitude do impacto da atividade fim não incide a compensação prevista na Lei Federal nº 9985/2000 e nem demais compensações previstas em lei.

### **5. Aspectos/Impactos ambientais e medidas mitigadoras.**

#### **5.1. Efluentes líquidos**

O processo produtivo de beneficiamento de resíduos siderúrgicos não demanda uso de água e consequentemente não gera efluentes industriais. A gestão de efluentes se dará apenas para o esgoto sanitário proveniente dos 3 funcionários previstos.

#### **Medida(s) mitigadora(s):**

Quando da instalação do empreendimento está previsto o uso de banheiros químicos em que periodicamente será realizada a limpeza para tratamento sob responsabilidade do fornecedor.

Para a operação foi apresentado o projeto de implantação de sistema de tratamento composto por fossa séptica seguida de filtro anaeróbio e sumidouro.





Considerando que o órgão ambiental não possui legislação que defina os padrões de lançamento de efluente no solo para esgoto sanitário tratado, a equipe técnica da SUPRAM SM entende pela não inclusão destas análises no programa de automonitoramento do empreendimento.

## 5.2. Resíduos Sólidos

Todo o resíduo recebido como matéria-prima é 100% beneficiado e comercializado. Desta forma não há geração de resíduos inerente ao processo de produção. A Figura 3 abaixo expõe a gestão de resíduos sólidos no empreendimento que se concentra naquilo gerado pelos trabalhadores.

Identificação do Resíduo	Local de Geração	Classificação segundo ABNT 10.004	Quantidade Estimada (kg/mês)	Acondicionamento Temporário no empreendimento	Armazenamento Temporário e Destinação Final
Papel	Escritório	II	2,00	Saco Plástico	Baias e Reciclagem
Descartáveis	Refeitório	II	1,30	Saco Plástico	Baias e Reciclagem
Epi's	Operação	II	0,46	Bombona	Baias e Incineração
Lodo da ETE	ETE	II	6,00 *	Na própria ETE	Na própria ETE Aterro licenciado
Resíduo doméstico	geral	II	35,00	Saco Plástico	Baias e Coleta Pública

(\*) Em geral o lodo é saturado na ETE em no mínimo 2 anos, data em que se promove a retirada do mesmo utilizando caminhão sugador.

Figura 3 – Gestão de resíduos sólidos na Sapporo Indústria e Comércio LTDA

## 5.3. Emissões atmosféricas

Quando da implantação caracterizam-se em poeiras de minerais desintegrados provenientes da movimentação veicular e de terraplenagem, com dispersões restritas na origem. A mitigação proposta contempla a umidificação regular das vias e pátios utilizando caminhão pipa. Quando da operação está prevista também a implementação de sistema de aspersores.

As poeiras (finos) de desagregados dos materiais na planta de beneficiamento será mitigada através de sistema de pulverização automatizado e implantação de cortina arbórea.

## 5.4. Ruídos e Vibrações

Tratam-se de ruídos provenientes dos equipamentos e movimentação veicular. Para a proteção dos trabalhadores, caberá o uso dos EPI's. Quanto a interferência sobre a vizinhança, dada a sua inexistência, a equipe técnica da SUPRAM SM entende pela não necessidade de monitoramento do ruído em pontos nos arredores do empreendimento.



## 5.5. Drenagem de águas pluviais

As águas pluviais serão coletadas por canaletas superficiais que serão construídas no entorno do pátio de beneficiamento. As águas serão direcionadas para bacia de sedimentação e infiltração.

## 6. Controle Processual

Trata-se de processo de Licença Ambiental Concomitante – LAC1, considerando Prévia - LP, Licença de Instalação - LI, em concomitância com Licença de Operação - LO, para ampliação do Empreendimento o qual encontra-se formalizado e instruído com a documentação exigida.

Foi juntada ao processo a publicação em periódico local o requerimento da Licença Ambiental, conforme determina a Deliberação Normativa COPAM nº. 217/17.

No mérito, a Lei Estadual n. 21.972/16 estabeleceu as modalidades de Licenciamento Ambiental Trifásico – LAT, onde as etapas de viabilidade ambiental, instalação e operação da atividade ou do empreendimento serão analisadas em fases sucessivas; Licenciamento Ambiental Concomitante – LAC, sendo as etapas podem ser expedidas concomitantemente e; o Licenciamento Ambiental Simplificado – LAS.

O licenciamento concomitante poderá se dar através da emissão de Licença Prévia e Licença de Instalação concomitante, sendo a LO expedida posteriormente, Licença de Instalação e Licença de Operação concomitante, sendo a LP expedida previamente ou, ainda, Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação emitidas todas de forma concomitante.

As modalidades do licenciamento estão minuciosamente estabelecidas na Deliberação Normativa nº 217, de 06 de dezembro de 2017, da seguinte forma:

Em verificação a matriz de enquadramento acima, a modalidade a ser praticada é o LAC1, em que se permite a análise de todas as fases em único processo.

Embora a concomitância das etapas, o empreendedor não está eximido de comprovação de toda as condições técnicas e legais de cada etapa, em especial sua viabilidade ambiental.

A Licença Prévia – LP atesta a viabilidade ambiental da atividade ou do empreendimento quanto à sua concepção e localização, com o estabelecimento dos requisitos básicos e das condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.

A viabilidade ambiental na fase de LP se constitui na viabilidade locacional, ou seja, se o projeto, que resultou na empresa, observou as restrições quanto a sua localização, se o local onde a empresa está é viável, propício ao desenvolvimento da



sua atividade; se não existe impedimento quanto a sua localização como: estar localizada em área destinada a conservação da natureza ou de interesse ambiental que possa inviabilizar a localização.

A Certidão da Prefeitura Municipal declara que o local e o tipo de atividade ali desenvolvida se encontram em conformidade com as leis de uso e ocupação do solo do Município. A apresentação da Certidão é uma obrigação expressa no parágrafo 1º do artigo 10 da Resolução CONAMA nº237/1997 e recepcionada pelo artigo 18 do Dec. 47.383/18.

Conclui-se que não há restrição ambiental que inviabilize a localização da empresa. Portanto a viabilidade ambiental, no que diz respeito a localização está demonstrada. Opina-se pela concessão da licença prévia.

A licença de instalação autoriza a instalação da atividade ou do empreendimento, de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionante.

Nos itens anteriores deste parecer foram descritos a caracterização ambiental do empreendimento, bem como foram explicitados os impactos ambientais negativos que a atividade ocasiona no meio ambiente, estabelecendo as medidas mitigadoras necessárias e as condicionantes a serem atendidas (Anexo I e II).

A operação da empresa está condicionada a demonstração de que foram adotadas medidas de controle ambiental capazes de diminuir os impactos negativos da sua atividade sobre o meio ambiente.

A empresa faz jus a licença requerida e pelo prazo de **dez anos**, conforme previsão constante no artigo 15 do Decreto Estadual nº 47.383/2018.

Deverá ser observado que, após a alteração da matriz apresentada na **Tabela 2 do Anexo Único da DN Copam nº 217 de 2017**, as Câmaras Técnicas passaram a ter competência de deliberar, além de empreendimentos classe 5 e 6, também os de classe 4 quando de porte G, nos termos do **inciso III, art.14 da Lei nº 21.972/2016**.

## 7. Conclusão

A equipe interdisciplinar da Supram Sul de Minas **sugere o deferimento** desta Licença Ambiental na fase Prévia, de Instalação e Operação Concomitantes (LP+LI+LO) para ampliação, para o empreendimento **Sapporo Indústria e Comércio Ltda.** para a atividade de **F-05-07-1 - Reciclagem ou regeneração de outros resíduos classe 2 (não perigosos) não especificados**, no município de "Congonhas-MG", pelo **prazo de 10 anos**, vinculada ao cumprimento das condicionantes e programas propostos.



Oportuno advertir ao empreendedor que a análise negativa quanto ao cumprimento das condicionantes previstas ao final deste parecer único (Anexo I), bem como qualquer alteração, modificação e ampliação sem a devida e prévia comunicação a Supram Central Metropolitana, tornam o empreendimento em questão passível de ser objeto das sanções previstas na legislação vigente.

Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa, nem substitui, a obtenção, pelo requerente, de outros atos autorizativos legalmente exigíveis.

A análise dos estudos ambientais pela Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas, não exime o empreendedor de sua responsabilidade técnica e jurídica sobre estes, assim como da comprovação quanto à eficiência das medidas de mitigação adotadas.

## 8. Anexos

**Anexo I.** Condicionantes para a Licença de Instalação de “Sapporo Indústria e Comércio Ltda”;

**Anexo II.** Condicionantes para a Licença de Operação de “Sapporo Indústria e Comércio Ltda”;



## ANEXO I

### Condicionantes para fase de Instalação de Sapporo Indústria e Comércio Ltda.

Item	Descrição da Condicionante	Prazo <sup>[1]</sup>
01	Apresentar as notas fiscais de comprovação da coleta periódica do efluente sanitário dos banheiros químicos.	Quando do início da operação do sistema fossa-filtro-sumidouro
02	Apresentar relatório técnico-fotográfico comprovando a instalação do sistema de tratamento de efluente sanitário vide projeto, composto por fossa séptica, filtro anaeróbio e sumidouro.	Previamente ao início da operação do empreendimento
03	Apresentar comprovante de formalização do processo de solicitação de autorização para captação de água subterrânea no poço tubular perfurado.	<b>60 dias</b> contados a partir da concessão da licença
04	Apresentar relatório técnico-fotográfico comprovando a implantação do sistema de drenagem de águas pluviais (canaletas, caixas de passagem, escada de dissipação de energia, etc).	Previamente ao início da operação do empreendimento
05	Apresentar relatório técnico-fotográfico comprovando a implantação da cortina arbórea no entorno do empreendimento.	Previamente ao início da operação do empreendimento
06	Apresentar relatório técnico-fotográfico comprovando a execução do PTRF proposto para enriquecimento da área de Reserva Legal.	<sup>[2]</sup> <b>Semestralmente</b> Durante a vigência da Licença Ambiental
07	Apresentar relatório técnico-fotográfico comprovando a instalação do ponto de abastecimento (piso impermeabilizado circundado por canaletas direcionadas para caixa SAO, tanque de armazenamento dotado de bacia de contenção)	Previamente ao início da operação do empreendimento

<sup>[1]</sup> Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

<sup>[2]</sup> Apresentar anualmente a Supram Central Metropolitana, **até o último dia do mês subsequente ao aniversário da Licença Ambiental**, os Relatórios Técnicos e Fotográficos exigidos no item 06.





## ANEXO II

### Condicionantes para fase de Operação de Sapporo Indústria e Comércio Ltda.

Item	Descrição da Condicionante	Prazo <sup>[1]</sup>
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no <b>ANEXO II</b> , demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da Licença Ambiental
02	Apresentar relatório técnico-fotográfico comprovando a execução do PTRF proposto para enriquecimento da área de Reserva Legal.	<sup>[2]</sup> <b><u>Semestralmente</u></b> Durante a vigência da Licença Ambiental

<sup>[1]</sup> Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

<sup>[2]</sup> Apresentar anualmente a Supram Central Metropolitana, **até o último dia do mês subsequente ao aniversário da Licença Ambiental**, os Relatórios Técnicos e Fotográficos exigidos no item 06.

## IMPORTANTE

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.

## ANEXO II

### Programas de Automonitoramento de Sapporo Indústria e Comércio Ltda.

#### 1. RESÍDUOS SÓLIDOS.

Monitoramento	Prazo
Apresentar, semestralmente, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre.	Conforme <u>Art. 16 da Deliberação Normativa Copam nº 232/2019</u>